

Gestão 2022-2024

Procurador-Geral de Justiça
Alexandre Magno Benites de Lacerda
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Institucional
Paulo César Zeni
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Legislativo
Romão Avila Milhan Junior
Corregedor-Geral do Ministério Público
Silvio Cesar Maluf
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Helton Fonseca Bernardes
Ouvidor do Ministério Público
Renzo Siufi
Chefe de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça
Camila Augusta Calarge Doreto
Secretária-Geral do MPMS
Bianka Karina Barros da Costa

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sergio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Riciotti</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Sergio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procuradora de Justiça <i>Ana Lara Camargo de Castro</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Avila</i>	Procurador de Justiça <i>André Antônio Camargo Lorenzoni</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Filomena Aparecida Depolito Fluminhan</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Junior</i>	Procurador de Justiça <i>Rogério Augusto Calabria de Araujo</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	Procuradora de Justiça <i>Vera Aparecida Cardoso Bogalho Frost Vieira</i>
Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Fernandes Sisti</i>
Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª a 6ª feira, das 12 às 19 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão

e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3357-2449 e-mail: caodh@mpms.mp.br

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1044/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº 6631/2023-PGJ, de 4.12.2023, que indeferiu ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 30 (trinta) dias de férias regulamentares, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, de forma que, onde consta: “no período de 19.2 a 19.3.2024”, passe a constar: “de 19 a 29.2.2024, de 1º a 12.4.2024 e de 22 a 28.4.2024”.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1036/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Procurador de Justiça Rogerio Augusto Calabria de Araujo 3 (três) dias de folga compensatória de 27 a 29.5.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023 e 2024, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1042/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “f”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Bolivar Luis da Costa Vieira para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a sessão plenária do Tribunal do Júri da comarca de Costa Rica, no julgamento dos Autos nº 0001342-87.2015.8.12.0009, no dia 26.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 895/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Plinio Alessi Junior 20 (vinte) dias de folga compensatória, sendo 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 13.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001930-2).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 885/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Alexandre Pinto Capiberibe Saldanha 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 23.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001917-9).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1052/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 3 (três) dias de folga compensatória de 10 a 12.6.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1053/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 2 (dois) dias de folga compensatória em 6 e 7.6.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução nº 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1054/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 1 (um) dia de folga compensatória em 17.6.2024, por ter acompanhado e fiscalizado o processo unificado de escolha dos membros dos Conselhos Tutelares em 2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1049/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 1 (um) dia de folga compensatória em 1º.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 912/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Procuradora de Justiça Mara Cristiane Crisóstomo Bravo 25 (vinte e cinco) dias de folga compensatória, sendo 10 (dez) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense e 15 (quinze) dias referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4 a 28.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001954-6).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 893/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Suzi Lucia Silvestre da Cruz D' Angelo 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 23.2 a 23.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001953-5).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1050/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 2 (dois) dias de folga compensatória em 11 e 12.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1051/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques 3 (três) dias de folga compensatória de 25 a 27.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 949/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva 30 (trinta) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 2 a 31.5.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001922-4).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1047/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 1 (um) dia de folga compensatória em 8.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2019, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1048/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Procuradora de Justiça Ana Lara Camargo de Castro 1 (um) dia de folga compensatória em 11.3.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão do feriado forense de 2022/2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023, e dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1045/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Juliana Martins Zaupa para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 3ª Vara Cível da comarca de Nova Andradina em 11 e 12.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 911/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Leonardo Dumont Palmerston 12 (doze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 4.3 a 15.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001936-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1034/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.7.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 896/2024-PGJ, DE 4.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, à Promotora de Justiça Regina Dornte Broch 20 (vinte) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 1º a 20.3.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar nº 72/1994 e da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA nº 09.2024.00001926-8).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 948/2024-PGJ, DE 4.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, ao Promotor de Justiça Antenor Ferreira de Rezende Neto 15 (quinze) dias de folga compensatória referentes ao exercício da atividade ministerial no plantão integrado, que seriam usufruídos de 21.3 a 4.4.2024, nos termos do artigo 140, § 3º, da Lei Complementar n° 72/1994 e da Resolução n° 23/2023-PGJ, de 29.5.2023 (PGA n° 09.2024.00001898-0).

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1035/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Correa Amaro 5 (cinco) dias de folga compensatória de 22 a 26.7.2024, por sua atuação perante o Tribunal do Júri em regime de mutirão em 2021 e 2022, nos termos do artigo 2º, § 2º, da Resolução n° 24/2016-PGJ, de 28.9.2016.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1043/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Regina Dornte Broch para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 2ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da comarca de Campo Grande no dia 18.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1057/2024-PGJ, DE 8.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar n° 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Paula da Silva Volpe para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências da 1ª Vara Criminal Residual da comarca de Campo Grande em 29.2.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1046/2024-PGJ, DE 7.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Daniela Cristina Guiotti 5 (cinco) dias de folga compensatória de 15 a 19.4.2024, pelo exercício da atividade ministerial no plantão integrado em 2022 e 2023, nos termos da Resolução nº 23/2023-PGJ, de 29.5.2023.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1040/2024-PGJ, DE 7.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar os membros do Ministério Público abaixo nominados para, sem prejuízo de suas funções, atuarem perante as audiências da 3ª Vara Criminal da comarca de Dourados, conforme segue:

MEMBRO	DATA
Claudia Loureiro Ocariz Almirão	4.3.2024
Luiz Gustavo Camacho Terçariol	5.3.2024

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1029/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça João Meneghini Girelli para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante as audiências do Juizado Especial Adjunto da comarca de Glória de Dourados em 6.3.2024.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1027/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 7º, inciso XII, alínea “h”, da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 17ª Zona Eleitoral em 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 1026/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Nara Mendes dos Santos Fernandes para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista em 11 e 12.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Felipe Almeida Marques.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1025/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar a Promotora de Justiça Rosalina Cruz Cavagnolli para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 16ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 4.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Ricardo Rotunno.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1024/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Juliano Albuquerque para, sem prejuízo de suas funções, responder pela 13ª Promotoria de Justiça da comarca de Dourados em 4 e 5.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Izonildo Gonçalves de Assunção Junior.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 1023/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça Radamés de Almeida Domingos para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça e pelo Juizado Especial Adjunto da comarca de Nova Alvorada do Sul de 27.2 a 5.3.2024, em razão de afastamento do Promotor de Justiça Maurício Mecelis Cabral.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA N° 1021/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso X do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Nomear Felipe Rocha Vasconcellos de Freitas Pinheiro para exercer o cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em vaga prevista no Anexo VI da Lei nº 4.134, de 6.12.2011.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA N° 1032/2024-PGJ, DE 6.3.2024

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18.1.1994,

R E S O L V E :

Conceder a reabilitação administrativa e o cancelamento da penalidade imposta referente aos fatos constantes no Processo PGJ/10/2559/2018, nos termos do art. 237-A da Lei Estadual nº 1.102, de 10.10.1990.

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA N° 1020/2024-PGJ, DE 6.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor João Guilherme de Oliveira Almeida, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 24ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 68ª Promotoria de Justiça da referida Comarca a partir de 1º.3.2024, até ulterior deliberação.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA N° 1064/2024-PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Lucas Santana Lima, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, em exercício na 3ª Promotoria de Justiça de Amambai, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, mediante acesso remoto aos sistemas informatizados, de 1º a 10.4.2024, em razão de afastamento da servidora Danielle Priscila Bernardo da Silva, Assessora Jurídica.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº 1065/2024-PGJ, DE 8.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar o servidor Fernando da Costa Rocha, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotado nas Promotorias de Justiça de Campo Grande e designado para prestar serviços na 3ª Promotoria de Justiça, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços à 9ª Promotoria de Justiça da referida Comarca no período de 6 a 15.3.2024, em razão de afastamento do servidor Gerson Estevam da Silva Junior, Técnico I.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº 1066/2024-PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso V, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Designar a servidora Carolina Pontes Andreussi, ocupante do cargo efetivo de Analista, área de atividade Direito, símbolo MPAN-101, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança FC-1 em 8.3.2024, em razão de afastamento do servidor Fabiano Alves Davy.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-285/2024/PJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Gabriella Bortolotto de Souza, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 10 a 29.5.2024 e de 18 a 27.11.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-286/2024/PJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Carlos Alberto Cantu, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 6 a 25.5.2024, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-287/2024/PGJ, DE 8.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Luana Rotta Vollkopf Curto, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 10 a 19.7.2024 e de 8 a 17.1.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 3 a 12.6.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-288/2024/PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Djene de Souza, referentes ao período aquisitivo 2021/2022, a serem usufruídas de 3 a 12.7.2024 e de 18.11 a 7.12.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-289/2024/PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Brauner Murilo de Melo Biscoli, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 2 a 11.9.2024 e de 6 a 15.3.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 2 a 11.5.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-290/2024/PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias à servidora Claudia Lavia Addor Fischer, referentes ao período aquisitivo 2022/2023, a serem usufruídas de 7 a 26.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 22 a 31.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

**PORTARIA Nº e-291/2024/PGJ, DE 8.3.2024**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Conceder férias ao servidor Magnum Fischer de Oliveira, referentes ao período aquisitivo 2023/2024, a serem usufruídas de 7 a 26.4.2025, bem como a conversão de um terço das férias em abono pecuniário de 22 a 31.7.2024, nos termos dos artigos 1º, 4º, 14 e 15 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, do artigo 123 da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.964, de 23.12.2004, e, ainda, dos artigos 22, inciso III, e 29-A da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, com redação dada pela Lei nº 4.972, de 29.12.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

PORTARIA Nº e-292/2024/PGJ, DE 8.3.2024

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso VI, da Resolução nº 12/2020-PGJ, de 5.5.2020,

R E S O L V E :

Alterar a Portaria nº e-857/2023-PGJ, de 17.7.2023, que concedeu férias à servidora Tania Pedro Queiroz Matheus, de forma que, onde consta: "de 5 a 14.3.2025", passe a constar: "de 3 a 12.6.2024", nos termos do artigo 9º da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa

CONSELHO SUPERIOR**AVISO Nº 013/2024/SCSMP**

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 126 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência da promoção de arquivamento dos autos abaixo relacionados, para que, no prazo de 10 (dez) dias, apresentem razões escritas, peças informativas ou documentos que serão a estes juntados:

1) Inquérito Civil nº 06.2015.00000383-3 - 2ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Chapadão do Sul - Requerente: Ministério Público do Estado de MS - Requerido: Município de Paraíso das Águas - Assunto: Apurar supostas irregularidades na rede pública de ensino, especialmente quanto às deficiências da estrutura de funcionamento e de recursos humanos das escolas municipal e estadual, inclusive ausência de CEINF. **2) Inquérito Civil nº 06.2017.00001223-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Ministério Público Estadual - Requeridos: Ambrosio Dias e Zenira Serrou Bonfim Nishihira - Assunto: Apurar eventual dano ambiental consistente na supressão vegetal de origem nativa em oito hectares, na propriedade denominada Fazenda Bonfim, localizada no município de Camapuã, de propriedade de Zenira Serrou Bonfim Nishihira, arrendada por Ambrosio Dias. **3) Inquérito Civil nº 06.2017.00001490-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Fátima do Sul - Requerente: Município de Fátima do Sul/MS - Requeridos: Eronivaldo da Silva Vasconcelos Junior e Reloponto Ata Comércio de Relógios de Ponto Eireli - ME - Assunto: Apurar eventual prática de improbidade administrativa pelo ex-prefeito municipal de Fátima do Sul, tendo em vista eventuais irregularidades no procedimento licitatório que teve como objeto a aquisição de aparelhos de registro eletrônico de ponto. **4) Inquérito Civil nº 06.2018.00000268-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Lourival Francisco Inocêncio e Trilpc - Consultoria e Participações Ltda - Assunto: Apurar eventuais danos ambientais em cursos de água decorrentes da ausência de isolamento por cercas que impeçam a circulação de bovinos na Fazenda Santa Terezinha, localizada no Município de Bonito - MS. **5) Inquérito**



Civil nº 06.2018.00001058-0 – SIGILOS - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim. **6) Inquérito Civil nº 06.2018.00001964-8** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade da pessoa com deficiência (ausência de acessibilidade no balcão da recepção e de sanitário em banheiro feminino adaptado para deficientes), constatada pelo Conselho Municipal de Saúde na Unidade Básica de Saúde/UBS rural Rochedinho. **7) Inquérito Civil nº 06.2018.00001965-9** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: apurar possível violação do direito/garantia de acessibilidade das pessoas com deficiência ao acesso do balcão de recepção e do sanitário na Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF São Benedito - Distrito Norte. **8) Inquérito Civil nº 06.2019.00000825-5 – SIGILOS** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande. **Advogados: Andre de Carvalho Pagnoncelli – OAB/MS nº 75.87B, Monica Mello Miranda – OAB/MS nº 7.088 e Douglas Oliveira Santos – OAB/MS nº 14.666.** **9) Inquérito Civil nº 06.2019.00001191-6** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: JBS S.A - Assunto: Apurar o descumprimento da Licença Ambiental, pela ausência de automonitoramento dos efluentes produzidos e lançados na atividade, a fim de obedecer aos padrões máximos estipulados na legislação ambiental. **10) Inquérito Civil nº 06.2019.00001714-3** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Iaguara Agropecuária S/A - Assunto: Apurar dano ambiental decorrente de destruir ou danificar floresta considerada de preservação permanente, mesmo que em formação, ou inutilizá-la com infringência das normas de proteção de acordo como art. 38, da Lei 9605/98. **11) Inquérito Civil nº 06.2019.00001719-8** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar a falta de acessibilidade na Unidade Básica de Saúde da Família - UBSF Los Angeles. **12) Inquérito Civil nº 06.2019.00001795-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Antonio de Barros Filho - Assunto: Apurar desmatamento de 4,75 hectares em área de Savana arborizada sem floresta-de-galeria, na Fazenda Farol D'Oeste I e II, em São Gabriel do Oeste-MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 579/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **13) Inquérito Civil nº 06.2019.00001910-8** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande – **SIGILOS**. **14) Inquérito Civil nº 06.2020.00000014-1** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul S.A. - SANESUL, Município de Bonito - Assunto: Investigar a falta de esgoto entre a Rua General Rondon e Pedro Álvares Cabral, dentro do município de Bonito. **15) Inquérito Civil nº 06.2020.00000098-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Coxim – **SIGILOS**. **16) Inquérito Civil nº 06.2020.00000145-1** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sonora - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerida: Câmara Municipal de Sonora - Assunto: Apuração de eventuais atos de improbidade administrativa relacionados a irregularidades ou ilegalidades na contratação de prestadores de serviço no Poder Legislativo de Sonora, em especial, da empresa de segurança inviolável, contratada para a realização de serviços de vigilância e segurança da Câmara de Vereadores. **17) Inquérito Civil nº 06.2020.00000567-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de São Gabriel do Oeste - Requerente: 2º Grupamento de Polícia Militar Ambiental - Requerido: Orlando Souza Lima - Assunto: Apurar desmatamento de 16,19 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Jatobá, em São Gabriel do Oeste, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n. 689/19/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **18) Inquérito Civil nº 06.2020.00000901-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã – **SIGILOS**. **19) Inquérito Civil nº 06.2020.00001317-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Água Clara - Requerente: 2º Pelotão/3ª Cia de Polícia Militar Ambiental de Cassilândia - Requerido: Celso Marques de Oliveira, Eni Ribeiro Pierri de Oliveira e Vanildo Elias da Silva - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na Fazenda Amapá, decorrente da supressão vegetal "desmate" a corte raso de 4,90 hectares sem licenciamento ambiental. **20) Inquérito Civil nº 06.2021.00000513-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Camapuã - Requerente: Núcleo Ambiental de Apoio ao CAOMA - MPMS - Requerido: Dabson Cestaro e Dulce Ferreira Cestaro - Assunto: Apurar desmatamento de 9,22 hectares em área de vegetação nativa, na Fazenda Pedra Branca, em Figueirão, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer nº 540/19/Nugeo (Programa DNA Ambiental), ocorrido entre 18/07/2016 e 22/08/2017. **21) Inquérito Civil nº 06.2021.00000581-8** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edson Lopes Ferreira e Marise Praco Gaiotto Ferreira - Assunto: Apurar desmatamento de 0,24 hectares em área de Cerrado, a corte raso, de formação de vegetação nativa, fora da área de Reserva Legal na Fazenda Santa Luzia, em Bonito/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Relatório de Fiscalização Ambiental n. 041/4ª CIA/BPMA/2021. **22) Inquérito Civil nº 06.2021.00000588-4** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: - Requerida:



Maria Aparecida Rodrigues da Silva - Assunto: Apurar a supressão de 15 árvores de diversas espécies nativas na propriedade conhecida como Fazenda Santa Rosa, conforme auto de infração n. 5660 elaborado pela Polícia Militar Ambiental. **23) Inquérito Civil nº 06.2021.00000936-9** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alvina Denise Boeira, Cleber Fagundes Oliveira, Dolor Conceição Santos Boeira, Sabrina Boeira Ferreira e Thiago Salazar Durigon - Assunto: Analisar o Laudo Técnico n. 014/2020 do NUGEO/Bonito, o qual informa suposta supressão irregular na Fazenda Cruzado. **24) Inquérito Civil nº 06.2021.00000958-0** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Edeilson Ajala Casanova - Assunto: Analisar os autos de infração n. 5679, 5680 e 5681 elaborados pela Polícia Militar Ambiental, e que se referem ao Sítio Corguinho - Part I. **25) Inquérito Civil nº 06.2021.00001103-1** - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Alair Ribeiro Fernandes - Assunto: Apurar as irregularidades constantes nos laudos n. 038/2021 e relatório de vistoria n. 021/2021, ambos da PMA, informando irregularidade no armazenamento de agrotóxico na Fazenda São Ramão, de propriedade de Alair Ribeiro Fernandes. **26) Inquérito Civil nº 06.2021.00001262-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Itaquiraí - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Itaquiraí - Assunto: Apurar a concessão de Licença Prêmio à servidora municipal pela Prefeitura de Itaquiraí em desconformidade com a Lei Complementar 173/2020. **27) Inquérito Civil nº 06.2021.00001352-9** - 67ª Promotoria de Justiça de Campo Grande – **SIGILOSO**. **28) Inquérito Civil nº 06.2021.00001353-0** - 67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **29) Inquérito Civil nº 06.2021.00001354-0** - 67ª Promotoria de Justiça do Direitos Humanos da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **30) Inquérito Civil nº 06.2021.00001475-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Amauri Terezinha Proença Raizer, Ilgo Luiz Raizer e Nilva Proença de Queiróz - Assunto: Apurar desmatamento de 4,27 hectares em área de Savana, na Fazenda Vó Nelly (antiga Estância Santa Terezinha), em Aquidauana/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico n. 238/21/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **31) Inquérito Civil nº 06.2022.00000127-0** - 32ª Promotoria de Justiça da Cidadania da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul - FUNSAU - Assunto: Apurar a retomada integral do serviço de hemodiálise no Hospital Regional de MS ao público externo, cujos pacientes foram excepcionalmente redirecionados a outros estabelecimentos em razão do contingenciamento da instituição para atendimento exclusivo de casos covid-19. **32) Inquérito Civil nº 06.2022.00000359-0** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: A apurar - Assunto: Apurar a falta de inscrição da propriedade Chácara Porção do Lajeado, no Cadastro Ambiental Rural, o que, em tese, descumpra o art. 29, §3º, do Código Florestal. **33) Inquérito Civil nº 06.2022.00000422-3** - 2ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Bonito - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Luiz Antonio Arruda - Assunto: Apurar a irregularidade ambiental detectada pela Polícia Militar Ambiental na propriedade denominada Fazenda Conquista, consistente na exploração ilegal de 3 (três) árvores localizadas dentro da reserva legal, bem como a circulação de animais bovinos dentro de tal área protegida. **34) Inquérito Civil nº 06.2022.00000646-5** - 34ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Fernando Peres Carvalho - Assunto: Apurar desmatamento ilegal de vegetação nativa detectados no programa DNA Ambiental na Fazenda do Lontra I, matrícula 254.137. **Advogada: Janaina Bonomini Picker – OAB/MS nº 13.137.** **35) Inquérito Civil nº 06.2022.00000904-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Porto Murtinho - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requeridos: Fabricio Miyasaki, NILSON LIMA, Wanderley Rodrigues da Costa e Wanilton Rodrigues da Costa - Assunto: Apurar supressão vegetal possivelmente ilegal de 65,25 hectares na Fazenda Minha Mãe, em Porto Murtinho/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Parecer n.º 126/22/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **36) Inquérito Civil nº 06.2022.00000912-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Ilda de Araujo Correia e Leoncio Correia - Assunto: Apurar desmatamento de 1,61 hectares sobre área de preservação permanente na Fazenda Adonai em Tacuru/MS, sem autorização da autoridade ambiental competente, conforme Laudo Técnico nº 77/22/NUGEO - complementar aos 49/16/NUGEO e 21/16/NUGEO (Programa DNA Ambiental). **37) Inquérito Civil nº 06.2022.00001026-9** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Luiz Álvaro Waloszek - Assunto: Realizar o diagnóstico da nascente do Rio Sacaron, adotar medidas para a recuperação da área de preservação permanente e apurar responsabilidades. **38) Inquérito Civil nº 06.2022.00001214-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal José Mauro Messias da Silva Peta das Moreninhas - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal José Mauro Messias da Silva Poeta das Moreninhas visando garantir a integridade e segurança física



dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **39) Inquérito Civil nº 06.2022.00001221-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Barão do Rio Branco - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Barão do Rio Branco visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **40) Inquérito Civil nº 06.2022.00001229-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Nerone Maiolino - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Nerone Maiolino visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **41) Inquérito Civil nº 06.2022.00001249-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Orlandina Oliveira Lima - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Orlandina Oliveira Lima visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **42) Inquérito Civil nº 06.2022.00001254-5** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Padre José de Anchieta - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre José de Anchieta visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **43) Inquérito Civil nº 06.2022.00001259-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Padre Tomaz Ghirardelli - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Padre Tomaz Ghirardelli visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **44) Inquérito Civil nº 06.2022.00001291-2** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Escola Municipal Santos Dumont - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da Escola Municipal Santos Dumont visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **45) Inquérito Civil nº 06.2022.00001339-9** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI Aloína de Oliveira Soares - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI Aloína de Oliveira Soares visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **46) Inquérito Civil nº 06.2022.00001370-0** - 46ª Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: EMEI João Garcia Carvalho Filho - Assunto: Averiguar a ocorrência ou não de irregularidades na estrutura física e manutenção das Escolas da Rede Municipal de Educação, no presente caso da EMEI João Garcia Carvalho Filho visando garantir a integridade e segurança física dos alunos que frequentam a rede municipal de ensino. **47) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000058-6** - 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **48) Inquérito Civil nº 06.2023.00000068-6** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **49) Inquérito Civil nº 06.2023.00000075-3** - 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Campo Grande – **SIGILOSO**. **50) Inquérito Civil nº 06.2023.00000307-2** - 2ª Promotoria de Justiça da Pessoa com Deficiência da comarca de Cassilândia - Requerente: Marcos Alves Ferreira - Requerido: A apurar - Assunto: Adotar as providências cabíveis ante a omissão do requerido Carlos Lisboa Gauto no acautelamento de animal perigoso. **51) Inquérito Civil nº 06.2023.00000622-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Aquidauana – **SIGILOSO**. **52) Inquérito Civil nº 06.2023.00000758-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Rio Verde de Mato Grosso - Requerente: 2º PEL/ 3ª CIA/ BPMA/ CPE/ SÃO GABRIEL DO OESTE - Requeridos: Maria José Miglioli e Rudson Oliveira Alves - Assunto: Apurar a suposta ocorrência de dano ambiental, decorrente de armazenamento irregular de embalagens vazias de agrotóxicos na Fazenda Nossa Senhora Aparecida, município de Rio Verde de Mato Grosso/MS. **Advogado: Ed Maylon Ribeiro – OAB/MS nº 16.966**. **53) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00000794-6** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Ribas do Rio Pardo – **SIGILOSO**. **54) Inquérito Civil nº 06.2023.00001044-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Três Lagoas - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Rodocap Comércio e Representações LTDA. - Assunto: Apurar possível dano ambiental decorrente de operar empreendimento potencialmente poluidor sem licença do órgão ambiental competente, bem como realizar a queimada de resíduos dentro do lote do empreendimento. **55) Inquérito Civil nº 06.2023.00001050-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca



de Ponta Porã - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Dalmo Henrique Franco Silva - Assunto: Apurar os danos ambientais advindos do desmatamento de 8,3424 hectares de vegetação nativa sem autorização ambiental, não caracterizado como área consolidada, constatados durante análise técnica pelo IMASUL do CARMS0004859 relativo à propriedade rural Estância Santo Antônio localizada no município de Antônio João/MS, bem como a regularidade-jurídico ambiental do imóvel relativamente à instituição e conservação de área de reserva legal e proteção das áreas de preservação permanente existentes. **56) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001060-7** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia – **SIGILOSO**. **57) Inquérito Civil nº 06.2023.00001111-7** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público Estadual - Requerido: Município de Iguatemi - Assunto: Apurar eventual irregularidade/ilegalidade na contratação direta do servidor Gustavo Turatto Ledesma pela Prefeitura Municipal de Iguatemi. **58) Inquérito Civil nº 06.2023.00001181-7** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Federação de Futebol de MS - Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Assunto: Averiguar as condições de segurança do torcedor no Estádio Jacques da Luz - "Moreninha", localizado na cidade de Campo Grande/MS, o qual será utilizado nas competições desportivas referente ao Campeonato Sul-Mato-Grossense de Futebol Profissional Série B 2023. **59) Inquérito Civil nº 06.2023.00001220-5** - 1ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Camapuã – **SIGILOSO**. **60) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001305-9** - 3ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Sidrolândia – **SIGILOSO**. **61) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001334-8** - 25ª Promotoria de Justiça do consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Optica Santa Clara LTDA - ME - Assunto: Assinatura de TAC. **62) Inquérito Civil nº 06.2023.00001336-0** - 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da comarca de Iguatemi - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Iguatemi - Assunto: Apurar eventual dano ambiental na propriedade registrada sob a Matrícula n. 2.432 do Registro de Imóveis da Comarca de Iguatemi-MS, de propriedade do Município de Iguatemi, em decorrência da extração de terra realizada pelo município. **63) Procedimento Preparatório nº 06.2023.00001356-0** - 25ª Promotoria de Justiça do Consumidor da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerida: Silva & Siqueira LTDA – Ótica Afonso Pena - Assunto: Termo de Ajustamento de Conduta firmado com a empresa Silva & Siqueira LTDA – Ótica Afonso Pena, com a finalidade de adequar a sua responsabilidade técnica. **64) Inquérito Civil nº 06.2024.00000035-7** - 67ª Promotoria de Justiça dos Direitos Humanos da comarca de Campo Grande - Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul - Requerido: Município de Campo Grande - Assunto: Apurar inadequação das condições de higiene na UAIFA II.

Campo Grande, 7 de março de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP

AVISO Nº 014/2024/SCSMP

A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, em cumprimento ao disposto no artigo 150 do Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público, dá conhecimento aos interessados da existência de **recurso** na seguinte **Notícia de Fato**:

1) Notícia de Fato nº 01.2023.00010594-5

2ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da comarca de Naviraí

Recorrente: Renato Carlos Rodrigues Tosta

Recorrido: Ministério Público Estadual

Assunto: Apurar possível ato de improbidade administrativa, em tese, praticado pelo Vereador Fernando Barbosa Castro.

Campo Grande, 7 de março de 2024.

MARA CRISTIANE CRISÓSTOMO BRAVO

Procuradora de Justiça

Secretária do Conselho Superior do MP



PAUTA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, QUE SE REALIZARÁ NO DIA 21 DE MARÇO DE 2024, ÀS 14 HORAS, PRESENCIAL OU POR TELECONFERÊNCIA.

6. Expedientes:

6.1. Expedientes encaminhados para ciência:

1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0910/2023/CGMP/MS, de 6.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00131456-7*)
- **Ofício nº 0936/2023/CGMP/MS, de 4.12.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00144213-8*)
- **Ofício nº 0948/2023/CGMP/MS, de 21.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00138732-8*)
- **Ofício nº 0957/2023/CGMP/MS, de 30.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00143150-8*)
- **Ofício nº 0946/2023/CGMP/MS, de 21.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00138750-6*)
- **Ofício nº 0012/2024/CGMP/MS, de 17.1.2024.** (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00004396-8*)
- **Ofício nº 0967/2023/CGMP/MS, de 29.11.2023.** O Corregedor-Geral do Ministério Público, Silvio Cesar Maluf, em atenção aos artigos 18, inciso XI e 172, da Lei Complementar nº 72/94, encaminha o Relatório Circunstanciado das Correições Ordinárias, previstas no Aviso nº 04/CGMP/2023, publicado no DOMP nº 2977, de 15 de setembro de 2023, realizadas nas Promotorias de Justiça das comarcas de Fátima do Sul, Rio Brilhante, Caarapó, Dourados, Glória de Dourados, Itaporã Nova Alvorada do Sul e Deodápolis, para conhecimento. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00142269-7*)

2. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais:

- **Ofício nº 20/2023/CPJCrim, de 7.12.2023.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 004/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 17 de outubro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00146192-4*)
- **Ofício nº 08/2024/CPJCrim, de 26.2.2024.** O Procurador de Justiça e Coordenador das Procuradorias de Justiça Criminais Gerardo Eriberto de Moraes, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 005/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Criminais, realizada em 6 de dezembro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00146192-4*)

3. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos:

- **Ofício nº 03/2024/CPJDC, de 20.2.2023.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, Sara Francisco Silva, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 05/2023, referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça de Interesses Difusos e Coletivos, realizada em 14 de dezembro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.0015553-9*)

4. Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis:

- **Ofício nº 03/2024/CRE-Cíveis, de 21.2.2024.** A Procuradora de Justiça e Coordenadora das Procuradorias de Justiça Cíveis, Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, em cumprimento ao §1º, do artigo 8º da Resolução nº 002/2012/CPJ, de 03.05.2012, encaminha cópia da Ata nº 03/2023 referente à reunião da Coordenadoria das Procuradorias de Justiça Especializadas em Recursos Cíveis, realizada em 14 de dezembro de 2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.0017043-0*)

6.2. Expedientes encaminhados para apreciação:

1. Corregedoria-Geral do Ministério Público:

- **Ofício nº 0902/2023/CGMP/MS, de 6.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00132574-2*)
- **Ofício nº 0903/2023/CGMP/MS, de 6.11.2023.** (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00132567-5*)



- **Ofício nº 0916/2023/CGMP/MS**, de 9.11.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00134899-0*)
- **Ofício nº 0973/2023/CGMP/MS**, de 1º.12.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00144872-1*)
- **Ofício nº 0990/2023/CGMP/MS**, de 13.12.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00148074-3*)
- **Ofício nº 1011/2024/CGMP/MS**, de 11.1.2024. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00006123-3*)
- **Ofício nº 0077/2024/CGMP/MS**, de 22.2.2024. (*Protocolo Unificado nº 02.2024.00016763-7*)

3. 16ª Promotorias de Justiça da comarca de Dourados:

- **Ofício nº 0734/2023/16PJ/DOS**, de 5.12.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00144737-7*)

4. 5ª Promotorias de Justiça da comarca de Corumbá:

- **Ofício nº 0332/2023/05PJ/CBA**, de 18.12.2023. (*Protocolo Unificado nº 02.2023.00149659-0*)

7. Ordem do dia:

7.1. Matéria Administrativa:

1. Aprovar *ad referendum* a Portaria nº 312/2024–PGJ, de 25.1.2024, que tornou pública a Lista de Antiguidade dos membros do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, atualizada até 31 de dezembro de 2023, publicada no DOMP-MS nº 3.056, de 31 de janeiro de 2024.

7.2. Julgamento de Processos:

1. Recurso em Reclamação Disciplinar nº 10.2023.00000174-0 – SIGILOSO

Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Advogado: Elton Luis Nasser de Mello – OAB/MS nº 5.123.

Relatora Conselheira Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya

2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2022.00002898-1

Requerente: Promotor de Justiça Marcos André Sant'ana Cardoso

Assunto: Ofício nº 0013/2024/02PJ/CMX, de 9.1.2024, que encaminha Relatório trimestral resumido de atividades desenvolvidas em curso de “Master of Laus”, ministrado pela Universidade de Syracuse (Syracuse University), referente ao período de 08 de outubro de 2023 a 20 de dezembro de 2023, conforme licença deferida.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

3. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2024.00001837-0

Requerente: Promotor de Justiça Fabio Ianni Goldfinger

Assunto: Requer autorização para frequentar aulas do curso de doutorado na Universidade Presbiteriana Mackenzie, na cidade de São Paulo/SP, sem qualquer prejuízo de suas respectivas funções.

Relatora Conselheira Mara Cristiane Crisóstomo Bravo

**GESTÃO DE ESTAGIÁRIOS****AVISO Nº 24/2024-GED****I PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS E RESIDENTES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (MPMS) torna pública a **oportunidade** aos candidatos aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, para Residência Jurídica, **ainda não empossados**, para manifestação de interesse de exercício **presencial** em cidade diversa daquela pela qual originalmente optaram, na comarca de BANDEIRANTES em atenção ao disposto no item 4.2, subitens 4.2.1 e 4.2.2, do Capítulo IX do Edital nº 001/2023-IPSER-MPMS, publicado no DOMP nº 2.912, de 07 de junho de 2023.

Os candidatos aprovados no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS interessados em assumir a vaga em disponibilidade na Promotoria de Justiça de BANDEIRANTES deverão se manifestar, impreterivelmente, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir da publicação deste Aviso (iniciada a contagem do prazo no primeiro dia útil seguinte a esta), por meio do preenchimento do **Anexo Único** (Manifestação de Interesse), que deverá ser enviado ao endereço eletrônico ged@mpms.mp.br.

O candidato que fizer a opção pela vaga oferecida neste Aviso e for convocado para exercer o estágio na Promotoria de Justiça da comarca de BANDEIRANTES automaticamente será excluído da lista original relativa à cidade pela qual optou no momento da inscrição, conforme previsto no Edital nº 001/2023-IPSER-MPMS, Capítulo IX, item 4.4.

Como critério de classificação, será considerada a nota final de cada candidato, utilizando-se os critérios de desempate previstos no Edital nº 001/2023-IPSER-MPMS, Capítulo IX, item 2.

Campo Grande, 07 de março de 2024.

CLARISSA CARLOTTO TORRES

Promotora de Justiça

Coordenadora da Gestão de Estagiários de Direito

**ANEXO ÚNICO DO AVISO Nº 24/2024-GED
MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE DE EXERCÍCIO PRESENCIAL EM CIDADE DIVERSA**

Eu, (nome)_____, (nacionalidade)_____, (estado civil)_____, residente e domiciliado(a) no(a)_____nº _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, portador(a) do RG nº _____, inscrito(a) no CPF sob o nº _____, aprovado(a) no I Processo Seletivo de Estagiários e Residentes do MPMS, homologado por meio do Aviso nº 001/2023-CPS-IPSER-MPMS, de 27 de outubro de 2023, publicado no Diário Oficial do Ministério Público (DOMP) nº 3.006, de 30 de outubro de 2023, venho, por meio deste, diante da oportunidade concedida no Aviso nº 24/2024-GED, formalizar meu **INTERESSE EM EXERCER A RESIDÊNCIA JURÍDICA PRESENCIAL na comarca de BANDEIRANTES**, assumindo o compromisso de aguardar **aviso de convocação** para apresentar os documentos constantes do item 04 do Capítulo XI (Da Convocação e Admissão) do Edital nº 1/2023-IPSER-MPMS, no prazo a ser estipulado na convocação futura, a fim de que seja confeccionado o Termo de Compromisso de Estágio.

Por fim, declaro ter ciência da disposição expressa contida no Capítulo VIII (Do Resultado e da Classificação), subitem 4.4, do mencionado edital¹.

(Cidade)_____, (Estado)_____, (dia)_____ de (mês)_____ de 2024.

Nome completo do(a) candidato(a)

¹ “O candidato que for convocado para exercer o estágio em qualquer das listas fica automaticamente excluído da outra lista, ou seja, se nomeado na lista da cidade pela qual optou no momento da inscrição para estagiar, fica excluído da lista geral e vice-versa”.



SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO Nº 2024NE000487 DE 05.02.2024 DO PROCESSO Nº 09.2024.00001057-7

Unidade Gestora: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Ordenadora de Despesa: Bianka Karina Barros da Costa, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Credor: Massimo Zanetti Beverage Brasil Ltda.

Procedimento licitatório: Ata de Registro de Preços nº 03/PGJ/2024 - Pregão Eletrônico nº 07/PGJ/2023.

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios (café torrado e moído), para atender o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor: R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000487 de 05.02.2024.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 40 da Lei nº 14.133/2021.

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 032/PGJ/2023

Processo nº 09.2022.00011939-0

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- SECO AMBIENTAL, SERVIÇOS, PESQUISAS E CONSTRUTORA LTDA, representado por **Bruno José da Silva Inácio**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 107, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

Objeto: Prorrogação de vigência contratual, por mais 12 (doze) meses.

Valor contratual total estimado: R\$ 20.962,00 (vinte mil novecentos e sessenta e dois reais)

Vigência: 10.03.2024 a 10.03.2025.

Data de assinatura: 8 de março de 2024.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 009/PGJ/2024

Processo nº 09.2024.00001360-8

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- CREDILINK INFORMAÇÕES DE CRÉDITO LTDA, representado por **Rosane de Macedo Peçanha Netto**.

Procedimento licitatório: Dispensa de licitação.

Amparo legal: Artigo 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Objeto: Viabilidade, pela Contratada, de acesso ao sistema de consultas em base de dados cadastrais com informações de CPF, CNPJ e informações agregadas para consulta via WebService, na quantidade de 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) consultas, válido pelo período de 12 (doze) meses, incluindo suporte e atualização.

Valor total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2024NE000038, datada de 04.03.2024.

Vigência: 08.03.2024 a 08.03.2025.

Data de assinatura: 8 de março de 2024.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 006/PGJ/2024**

Processo: 09.2024.00000007-9

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **GÁS E CONVENIÊNCIA BUENO SILVEIRA LTDA**, representada por **Anália de Fatima Bueno Silveira**

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Inciso II do artigo 75 da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021.

Objeto: fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bela Vista/MS.

Valor estimado mensal: R\$ 270,00 (duzentos e setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2024NE000067, de 08.01.2024.

Vigência: 27.02.2024 a 31.12.2024.

Data de assinatura: 27 de fevereiro de 2024.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA**PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DE ENTRÂNCIA FINAL****AQUIDAUANA****EDITAL N.º 001/2024****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial n.º 41/2022 (Autos n.º 0000540-57.2022.8.12.0005), em que consta como investigado Cristiano Cardoso Almada e vítima Bruna Carla da Silva Ribeiro, conforme se transcreve: “Ante o exposto, diante da ausência de justa causa para o início da ação penal, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL requer o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, com fundamento no artigo 28, do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução n.º 43/2023-PGJ, assim como seja declarada a extinção da punibilidade do investigado, nos termos do art. 107, inciso IV c/c art. 103, ambos do Código Penal, em relação ao crime de injúria”.

Aquidauana, 07 de março de 2024.

JOSÉ MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE

Promotor de Justiça

**EDITAL N.º 002/2024****EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aquidauana, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução n.º 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial nº 243/2023 (Autos n.º 0900621-44.2023.8.12.0005), em que consta como investigado Vinícius Thiago Basílio da Silva e vítima Iana Albuquerque da Cunha Pacheco, conforme se transcreve: “Ante o exposto, diante da ausência de justa causa para o início da ação penal, o MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL requer o ARQUIVAMENTO do presente inquérito policial, com fundamento no artigo 28, do Código de Processo Penal, regulamentado pela Resolução n.º 43/2023-PGJ”.

Aquidauana, 07 de março de 2024.

JOSÉ MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE
Promotor de Justiça

.....
BONITO
.....

EDITAL N. 0017/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001318-1

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Sergio Felga Filho

Assunto: Apurar possível irregularidade jurídica consubstanciada pela entrada de menores de idade no estabelecimento Caxara.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

EDITAL N. 0019/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001134-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Henrique Simões Vigário

Assunto: Analisar o auto de infração encaminhado pelo IMASUL, o qual informa captação irregular de água na fazenda Vale do Prata.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR
Promotor de Justiça

**EDITAL N. 0023/2024/02PJ/BTO**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001230-5

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Paulo Sergio Martins Dos Santos

Assunto: Adotar providências ante o recebimento dos autos de infração AI 013496/2023 e 013497/2023, lavrados em desfavor do requerido ante a prática de pesca em descordo com a legislação vigente.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0024/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2024.00000136-7

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Bosque das Águas Empreendimentos Turísticos Eireli

Assunto: Apurar o descumprimento de licença ambiental concedida ao atrativo "Balneário Bosques das Águas", conforme auto de infração n. 14609/2024

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0027/2024/02PJ/BTO

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Bonito – MS torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que pode ser integralmente acessado via internet, por meio do endereço eletrônico <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Inquérito Civil n. 06.2023.00001135-0

Requerente: Ministério Público Estadual - 2ª Promotoria de Justiça de Bonito

Requerido: Agência Estadual de Gestão de Empreendimentos - AGESUL

Assunto: Analisar o auto de infração n. 11383/2022 encaminhado pelo IMASUL, o qual informa irregularidades praticadas pela AGESUL.

Bonito – MS, 07 de março de 2024.

ALEXANDRE ESTUQUI JUNIOR

Promotor de Justiça

**CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0003/2024/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a INSTAURAÇÃO do Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000203-3, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000203-3

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Cassilândia-MS

Assunto: Apurar eventuais irregularidades no Processo Seletivo Simplificado objeto do edital nº 001/SEMEC/2024.

Cassilândia-MS, 08 de março de 2024

MAYARA SANTOS DE SOUSA

Promotora de Justiça

PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 06.2024.00000203-3**RECOMENDAÇÃO Nº 0002/2024/01PJ/CLA**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia/MS, competindo-lhe a defesa do Patrimônio Público e Social, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento no artigo 25, inciso IV, alíneas “a” e “b”, e artigo 27, inciso I e parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público); artigo 27, inciso I, e artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul); artigo 129, incisos II e III, da Constituição da República e artigos 5º e 44 da Resolução PGJ nº 15/2007:

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (artigo 127, *caput*, da Constituição Federal; artigo 1º da Lei nº 8.625/93 e artigo 1º da Lei Complementar nº 72/94), sendo que, para tanto, deve promover inquérito civil e a ação civil pública para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, III, da CF/88; artigo 25, IV, b, da Lei nº 8.625/93 e artigo 25, IV, b, da LC nº 72/94);

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzilli, o “*Promotor de Justiça do patrimônio público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativas e da proteção do patrimônio público e social*”²;

CONSIDERANDO que a recomendação “*constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público*”³, viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para anulação do ato ilegal praticado;

CONSIDERANDO que, nos termos do artigo 1º da Resolução nº 164/2017 do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, “*a recomendação é instrumento de atuação extrajudicial do Ministério Público por intermédio do qual este expõe, em ato formal, razões fáticas e jurídicas sobre determinada questão, com o objetivo de persuadir o destinatário a praticar ou deixar de praticar determinados atos em benefício da melhoria dos serviços públicos e de*

2 MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 319

3 ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49



relevância pública ou do respeito aos interesses, direitos e bens defendidos pela instituição, atuando, assim, como instrumento de prevenção de responsabilidades ou correção de condutas”;

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público expedir Recomendação para que os poderes públicos promovam as medidas necessárias à garantia e ao respeito à Constituição Federal e normas infraconstitucionais (artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei nº 8.625/1993 – Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar Estadual nº 72/1994 (Lei Orgânica do Ministério Público de Mato Grosso do Sul) e artigo 44 da Resolução nº 015/2007-PGJ;

CONSIDERANDO que, na linha do artigo 37, *caput*, da Constituição Federal e do artigo 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelo ente público das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que o artigo 37, inciso II, da Constituição Federal e o artigo 27, inciso II, da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul preveem obrigatoriamente que a investidura em cargo ou emprego público ocorre por meio de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei, ressalvadas as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração;

CONSIDERANDO que a regra constitucional do concurso público é pautada pelos princípios da igualdade (pelo qual se permite que todos os interessados em ingressar no serviço público disputem a vaga em condições idênticas para todos), moralidade administrativa e impessoalidade (indicativo de que o concurso veda favorecimentos e perseguições pessoais, bem como situações de nepotismo, em ordem a demonstrar que o real escopo da Administração é o de selecionar os melhores candidatos) e competição (significa que os candidatos que participaram de um certame estão em condições de ingressar no serviço público);

CONSIDERANDO que, conforme lição do jurista Hely Lopes Meirelles, (2004, p. 403): *“O concurso é o meio técnico posto à disposição da Administração Pública para obter-se a moralidade, eficiência e aperfeiçoamento do serviço público e, ao mesmo tempo, propiciar igual oportunidade a todos os interessados que atendam aos requisitos da lei, fixados de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, consoante determina o art. 37, II, da CF. Pelo concurso afastam-se, pois, os ineptos e os apaniguados que costumam abarrotar as repartições, num espetáculo degradante de protecionismo e a falta de escrúpulos de políticos que alçam e se mantêm no poder leiloando cargos e empregos públicos”;*

CONSIDERANDO que restou apurado no Procedimento Preparatório nº 06.2024.00000203-3 a ausência de motivação apta a demandar a contratação temporária, uma vez que no edital nº 001/SEMEC/2024 inexistia especificação para o ato, havendo menção genérica ao disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 1.241/2002 (item 1.1.1);

CONSIDERANDO que, no caso em exame, estamos diante de atividades de rotina da administração pública e de caráter continuando (não temporário);

CONSIDERANDO que a necessidade de contratação de pessoal pela Administração Pública Municipal de Cassilândia/MS vem se prolongando já algum tempo sem realização de concurso público, em especial diante do cancelamento do Concurso Público nº 001/2023 em razão da anulação do contrato com a empresa organizadora, sem que providências posteriores fossem adotadas para o certame ser realizado;

CONSIDERANDO que, em consulta ao edital nº 001/SEMEC/2024, foram evidenciadas diversas irregularidades, em especial: i) prejuízo a publicidade do edital - o cronograma prevê que a publicação ocorreria em 04/03/2024 (segunda-feira), período de inscrição de 05 a 07/03/2024 (terça a quinta-feira), com realização de provas em 10/03/2024 (domingo). Por outro lado, a publicação no Diário Oficial do Município somente ocorreu em 05/03/2024 (terça-feira) na edição extra nº 2356; ii) prazo insuficiente para inscrições – foram disponibilizados somente 03 dias para que os candidatos se inscrevessem para concorrerem aos cargos, o que aliado a falta de divulgação do certame, inviabiliza a concorrência; iii) a promoção do certame ocorre pela Secretaria Municipal de Educação, entretanto, além desta pasta, há vagas nas Secretarias Municipais de Assistência Social, de Agricultura, Pecuária, Indústria e Comércio, de Obras, de



Saneamento Básico e Serviços Públicos, de Saúde, sendo que, do modo como divulgado, o candidato é induzido ao erro, posto que, caso não acesse especificamente o anexo II, conclui que as vagas serão apenas afetas ao setor de educação, quando em verdade a Secretária Municipal de Educação é somente a organizadora (item 2.1); iv) ausência da divulgação do salário;

CONSIDERANDO que a dinâmica utilizada revela indícios de fraude ao Processo Seletivo Simplificado, com possível favorecimento de candidatas;

CONSIDERANDO que, no tocante à Secretaria Municipal de Saneamento Básico e Serviços Públicos, merece ser melhor esclarecida a necessidade de contratação de pessoal em caráter temporário em concomitância a contratação da empresa LOG Engenharia para "*serviços contínuos de operação e manutenção do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário do Município*" com prazo de 14/12/2023 a 14/12/2024 – Processo Administrativo nº 00173/2023, Licitação nº 036/2023 (modalidade pregão), Contrato nº 101/2023;

CONSIDERANDO que é dever do gestor público, bem como de seu secretariado, zelarem pelo correto cumprimento das leis, bem como buscar a lisura das atividades públicas e empregar mecanismo para a constante moralização das funções e atividades;

CONSIDERANDO que a falta de tomada de medida, em caso de constatação, pode configurar ato de improbidade administrativa, inclusive por todos que estiverem na cadeia de responsabilidades e chefia;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim a tal irregularidade, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais;

Resolve, em defesa do patrimônio público e social e, em observância aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e isonomia:

RECOMENDAR à Secretária de Educação do Município de Cassilândia/MS Márcia Martins dos Reis, na condição de organizadora do Processo Seletivo Simplificado:

I) Suspender os atos do Processo Seletivo Simplificado – edital nº 001/SEMEC/2024;

II) Abster-se de realizar contratação temporária de pessoal sem a devida motivação e com ausência de observância específica ao disposto no artigo 37, inciso IX, da Constituição Federal e a Lei Municipal nº 1.241/2002 (item 1.1.1);

III) Em caso de fundada necessidade de contratação temporária, com expressa demonstração do caráter excepcional para tanto, confira ampla divulgação ao edital, de forma imediata e adequada, bem como estabeleça prazo suficiente para inscrições dos candidatos, não sendo razoável que este seja inferior a 10 (dez) dias;

O Ministério Público Estadual deverá ser comunicado, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento da presente, do acolhimento ou não da Recomendação.

Informamos que a presente dá ciência e constitui em mora o destinatário quanto às providências indicadas, podendo a omissão na adoção das medidas recomendadas implicar o manejo de medidas judiciais cabíveis para correção da irregularidade e responsabilização dos agentes públicos.

Cientifique-se à Secretária de Educação do Município de Cassilândia/MS Márcia Martins dos Reis para que informe, por escrito, a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, dando, ainda, a divulgação adequada e imediata da presente, nos termos do inciso IV, parágrafo único, do art. 27 da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do art. 45, parágrafo único, da Resolução 15/2007-PGJ.

Para ampla divulgação, determino a expedição de minuta de ofício e remessa de cópias da presente Recomendação:



- I. Ao órgão responsável pela veiculação desta recomendação no DOMP;
- II. Ao Presidente da Câmara Municipal de Cassilândia/MS, Vereador Arthur Barbosa de Souza Filho;
- III. Ao Prefeito Municipal Valdecy Pereira da Costa;
- IV. Ao Procurador Geral do Município Donizetti Ferreira Gonçalves;

Com a resposta do Município, ou decorrido o prazo concedido, voltem os autos imediatamente conclusos.

Cassilândia/MS, 08 de março de 2024.

MAYARA SANTOS DE SOUSA
Promotora de Justiça

CORONEL SAPUCAIA

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 1ª Promotoria de Justiça de Coronel Sapucaia, nos termos do dispositivo no art. 5º, §2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁴, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial dos Autos n. 0000045-53.2019.8.12.0058, em que constam como investigado(a/s) Judineis Marques da Silva, conforme se transcreve:

"promove o ARQUIVAMENTO do presente inquérito Policial em virtude da fragilidade dos indícios de autoria, com a ressalva do disposto no artigo 18 do Código de Processo Penal caso surjam provas substancialmente inovadoras dos fatos".

Coronel Sapucaia (MS), 07 de março de 2024.

THIAGO BARBOSA DA SILVA
Promotor de Justiça em substituição legal

CORUMBÁ

EDITAL Nº. 0001/2024/7ZE/CBA.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002501-5.

O Promotor de Justiça da 7ª Zona Eleitoral de Corumbá/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002501-5, que se encontra a disposição na Rua América, 1880, Centro, Corumbá/MS. O referido procedimento é eletrônico e pode ser integralmente acessado no seguinte site: <https://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Requerente: Ministério Público Eleitoral.

Assunto: Acompanhamento das Eleições Municipais de 2024.

Corumbá/MS, 07 de março 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça Eleitoral.

4 "§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP."

**EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

A 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Corumbá, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos nº 0900178-84.2023.8.12.0008 - Autos SAJ/MP nº. 08.2023.00035324-2, em que constam como investigado(a/s) Thiago Taceo Estigarrivia e vítima(s) Gabriela Damasia da Silva e o seu filho, o infante Y. D. T. (representado por sua genitora), conforme se transcreve: "*ANTE O EXPOSTO*, e fundamentalmente por inexistir comprovação da materialidade delitiva, e ressalvada a hipótese inserta no artigo 18 do Código de Processo Penal, o Ministério Público promove o arquivamento dos autos".

Corumbá/MS, 08 de março de 2024.

RODRIGO CORRÊA AMARO,
Promotor de Justiça.

DOIS IRMÃOS DO BURITI

EDITAL 0009/2024/PJ/DIB

Autos de Inquérito Civil nº 06.2024.00000185-6

A Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2024.00000185-6, o qual se encontra à disposição na Rua Reginaldo Lemes da Silva, 763, Centro, Dois Irmãos do Buriti/MS.

Requerente: 1ª Promotoria de Justiça de Dois Irmãos do Buriti

Requeridos/Interessado: A apurar

Assunto: Apurar a irregularidade jurídico-ambiental na execução de atividade lesiva ao meio ambiente pela empresa Suzano S.A., consubstanciada no trânsito de caminhões para o escoamento de madeira na área de proteção ambiental na Estrada-Parque de Piraputanga, no trecho localizado no distrito de Palmeiras, em Dois Irmãos do Buriti/MS, causando impacto ambiental, turístico e cultural no local.

Dois Irmãos do Buriti-MS, 06 de março de 2024.

MARCOS MARTINS DE BRITO
Promotor de Justiça em substituição legal



ELDORADO

EDITAL N. 0001/2024/PJ/EDD**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0000409-95.2022.8.12.0033 e Autos n. SAJMP nº 08.2022.00080880-6

A 1ª Promotoria de Justiça de Eldorado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁵, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0000409-95.2022.8.12.0033 e SAJMP nº 08.2022.00080880-6 em que constam como investigado Oscar junior dos Santos e vítima Liz Vanessa Fernandes Bento, conforme se transcreve: “Por meio da análise do fato praticado pelo investigado, tem-se que não foi configurado o delito previsto no art. 147, caput do CP, visto que não foi proferida nenhuma ameaça. Ante o exposto, o Ministério Público promove o arquivamento do presente Inquérito Policial, sem prejuízo do disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.”

Eldorado, 06/03/2024

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

EDITAL N. 0002/2024/PJ/EDD**PUBLICAÇÃO DE EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO**

Autos SAJTJ nº 0900215-36.2023.8.12.0033 e Autos n. SAJMP nº 08.2023.00130552-4

A 1ª Promotoria de Justiça de Eldorado, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁶, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do Inquérito Policial SAJTJ nº 0900215-36.2023.8.12.0033 e SAJMP nº 08.2023.00130552-4 em que constam como investigados Marcelo Eduardo Macan dos Santos e Daniel Macan dos Santos e como vítima Beatriz da Conceição Santana, conforme se transcreve: “2.1. Do crime de ameaça (art. 147, caput, do CP) e do crime de lesão corporal (art. 129, caput, do CP).(...) Assim, é patente a ausência de elementos essenciais para o oferecimento da denúncia, uma vez que não há prova da materialidade do crime e da contravenção penal.(...)2.2. Do crime de injúria (art. 140, caput, do CP).O crime de injúria, somente se persegue mediante ação penal privada (art. 145, caput, do CP), ainda que cometido no âmbito doméstico e familiar contra a mulher. Como o fato ocorreu em 30/10/2022 e, até a presente data, não houve a iniciativa da vítima para o oferecimento da ação penal privada, deverá ser reconhecida a decadência do direito da vítima, extinguindo-se a punibilidade do investigado (art. 107, IV, do CP)”.

Eldorado, 08 de março de 2024.

FÁBIO ADALBERTO CARDOSO DE MORAIS

Promotor de Justiça

5 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

6 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

**FÁTIMA DO SUL****EDITAL N° 0006/2024**

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Fátima do Sul/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002200-7 que está à disposição dos interessados na Rua Ipiranga, nº 810 - Jardim Primavera, em Fátima do Sul/MS, Fone (67) 2020-9344.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002200-7

Requerente: Ministério Público Estadual;

Requerido: Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Daytop Brasil LTDA (DAY TOP de Fátima do Sul/MS), CNPJ n. 35.601.402/0001-26;

Assunto: Acompanhamento das comunicações de internação psiquiátrica involuntária e alta respectiva realizadas pela Clínica de Recuperação para Dependentes Químicos e Alcoolistas Daytop Brasil LTDA (DAY TOP de Fátima do Sul/MS).

Fátima do Sul/MS, 07 de março de 2024.

RODRIGO CINTRA FRANCO

Promotor de Justiça

PONTA PORÃ**EDITAL N° 0016/2024/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000201-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000201-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): M.P.P. e F.C.E.

Assunto: Apurar eventual ocorrência de sobrepreço na contratação da empresa F.C.E. pelo M.P.P.

Ponta Porã/MS, 08 de março de 2024

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça em substituição

EDITAL N° 0015/2024/01PJ/PPR

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil nº 06.2023.00000190-8, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2023.00000190-8

Requerente(s): Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido(s): S.L.G.K. e L.P.S.

Assunto: Apurar eventual utilização, por Gerente da Unidade Regional Sanesul de Ponta Porã, do trabalho de terceiros contratados pela Sanesul em obra ou serviço particular.

Ponta Porã/MS, 08 de março de 2024

GEORGE ZAROUR CEZAR

Promotor de Justiça em substituição



RIO NEGRO

EDITAL N°0009/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00001554-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Rio Negro

Assunto: “Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Rio Negro, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18.”;

Rio Negro, 06 de março de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

EDITAL N°0010/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002008-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Prefeitura de Rochedo

Assunto: Apurar a regularização do cadastro do Fundo Municipal da Criança e do adolescente do Município de Rochedo junto ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Rio Negro, 06 de março de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça

EDITAL N°0011/2024/PJ/RNG

A Promotoria de Justiça da Comarca de Rio Negro/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua Nove de Maio, nº 305, Centro, CEP 79470-000, Rio Negro/MS.

Procedimento Administrativo nº 09.2024.00002276-2

Requerente: Ministério Público do Estado do Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Corguinho

Assunto: Acompanhar a Implementação do Fluxo de Atendimento de Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência no Município de Corguinho, conforme preconizado na Lei n. 13.431/17 e no Decreto n. 9.603/18.

Rio Negro, 06 de março de 2024

JEAN CARLOS PILONETO

Promotor de Justiça



TRÊS LAGOAS

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁷, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0807289-72.2023.8.12.0021, em que consta como investigado André Teles da Silva, conforme se transcreve: não havendo justa causa ao oferecimento da denúncia ante atipicidade material do fato pelo influxo do princípio da insignificância, o Ministério Público promove o arquivamento do incluso inquérito policial, ressalvado, evidentemente, o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal.

Três Lagoas, 07 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

EXTRATO DE DECISÃO DE ARQUIVAMENTO

A 6ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, nos termos do disposto no art. 5º, § 2º, da Resolução nº 43/2023-PGJ⁸, de 24 de novembro de 2023, comunica a decisão de arquivamento do inquérito policial dos Autos n.º 0900553-46.2023.8.12.0021, em que constam como investigado Francinaldo Batista de Barros e vítima Rute Gomes Oliveira de Assis, conforme se transcreve: ante o exposto, o Ministério Público Estadual, à luz do princípio da insignificância e da atipicidade material do fato, promove o arquivamento do incluso caderno investigativo.

Três Lagoas, 07 de março de 2024.

JUI BUENO NOGUEIRA
Promotor de Justiça

7 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”

8 “§ 2º O extrato de publicação da decisão de arquivamento no DOMP deverá indicar a Promotoria de Justiça, o número dos autos, os nomes do investigado e da vítima, salvo quando se tratar de procedimento sigiloso, hipótese na qual constarão apenas as iniciais, a finalidade de sua publicação e a parte dispositiva da decisão, conforme modelo disponível no sistema de modelos e procedimentos do SIMP.”